

Cuiabá-MT, 11 e 12 de setembro de 2013

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / "COPO SUJO" OU "COSMEL"

10.09.2013 | 16h58 - Atualizado em 11.09.2013 | 17h43

Tamanho do texto A- A+

Saúde Pública quer proibir bebida popular em Mato Grosso

A medida visa a atender à campanha “Menos Sal. Sua Saúde Agradece!”, lançada pela Anvisa

MidiaNews

Clique para ampliar 



Mauri Rodrigues: recomendação para proibir "cosmel" (detalhe) atende recomendação da Anvisa

**LISLAINE DOS ANJOS
DA REDAÇÃO**

Uma das bebidas mais pedidas atualmente nos bares e restaurantes, popularmente conhecida como “copo sujo” – que consiste em cerveja servida em um copo com as bordas “marcadas” com sal –, pode ter a sua comercialização impedida em Mato Grosso.

Isso porque o Conselho de Estado de Saúde enviou uma recomendação à Assembleia Legislativa solicitando a elaboração de um projeto de lei que proíba a venda dessa e demais bebidas correlatas.

A recomendação 02/2013 foi assinada pelo presidente do conselho, o secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, em 31 de julho, e publicada no Diário Oficial que circulou na segunda-feira (9). A provação do pleno se deu em reunião ordinária do dia 5 de junho deste ano.

A medida visa a atender, entre outros pontos, à campanha “Menos Sal. Sua Saúde Agradece!”, lançada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por meio do Ministério da Saúde.

O "copo sujo" também é conhecido como "cozumel" ou "cosmel", conforme consta em alguns cardápios de bares e restaurantes.

A bebida tem esse nome porque foi criada a ilha de Cozumel, no Mar das Antilhas, pertencente à província de Quintana Roo (México).

Campanha

A campanha foi lançada após estimativas apontarem que a população brasileira consome cerca de 12 gramas de sal por dia, mais do que o dobro recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de até 5 gramas diárias.

O objetivo é alertar à população para os riscos do consumo em excesso de sal, que pode causar várias Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como pressão alta, doenças renais e cardiológicas.

Segundo a OMS, em 2001, essas enfermidades foram responsáveis por 60% do total das 56,5 milhões de mortes notificadas no mundo. Quase metade de

todas essas mortes é atribuída às doenças cardiovasculares.

No Brasil, em 2007 as DCNT responderam por 72% do total das mortes por causa conhecida.

Em termos de custos ao Sistema Único de Saúde (SUS), o levantamento aponta que no período de 2001 a 2010 houve aumento de 63% dos gastos em internações associadas à hipertensão.

Além disso, internações por acidentes vasculares cerebrais, infarto do miocárdio e outras doenças isquêmicas custaram quase US\$ 20 milhões de dólares do SUS em 2010.

Confira a íntegra da recomendação do Conselho Estadual de Saúde, publicada no Diário Oficial:

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Recomendação Nº 02/2013.

O CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 22, de 09 de novembro de 1992, e no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere a Resolução “Ad Referendum” nº 01/2010 e;

Considerando a inviolabilidade do direito à vida, estabelecida no artigo 5º da Constituição Federal em seu art. 5º;

Considerando o direito social à saúde, estabelecido no artigo 6º e 196 da Constituição Federal;

Considerando o artigo 198, inciso III, da Constituição da República, que

prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde - SUS;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando o artigo 2º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências;

Considerando que a campanha da Anvisa/MS: “Menos Sal. Sua Saúde Agradece!” considera que o excesso de sal pode causar vários problemas de saúde como pressão alta, doenças nos rins e no coração;

Considerando a deliberação do Pleno do Conselho Estadual de Saúde, na reunião ordinária de 05 de junho de 2013.

RECOMENDA:

Art. 1º - Que a Assembleia Legislativa elabore projeto legislativo que proíba a comercialização de bebidas à base de combinação de álcool e sal de adição, denominadas vulgarmente de “copo sujo”, ou com designações correlatas.

Art. 2º - Esta Recomendação entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3 - Revogam-se as disposições em contrário.

Cuiabá -MT, 31 de julho de 2013.

MAURI RODRIGUES DE LIMA

Presidente do Conselho Estadual de Saúde-MT"

Fonte: Assessoria de Imprensa SES/MT

Fwd: Nota a Imprensa sobre Recomendação do Conselho Estadual de Saúde a Assembléia Legislativa

Entradax

Maria Aparecida Capelassi <ascom@ses.mt.gov.br>

11 de set (1 dia atrás)

Nota a Imprensa sobre Recomendação do Conselho Estadual de Saúde a Assembléia Legislativa

O Conselho Estadual de Saúde ao aprovar Recomendação a ser encaminhada a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso sobre elaboração de projeto de Lei do Legislativo que proíba a comercialização de bebidas a base de combinação de álcool e sal de adição ou com designações correlatas, segue campanha Nacional da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária(ANVISA) “Menos Sal.Sua Saúde Agradece” e

também as recomendações do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que alerta sobre riscos do consumo em excesso de sal que pode causar várias Doenças Crônicas não transmissíveis(DCNT) como pressão alta, doenças renais entre tantas outras.

O Conselho Estadual de Saúde tem na sua composição trinta membros representados por segmentos do Governo, Entidades Cíveis Organizadas, Organizações não Governamentais, Profissionais de Saúde, Prestadores de Serviços que tem como função também delegar sobre ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.

A Recomendação foi homologada pelo Presidente do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso, após deliberação e aprovação do Pleno.

Fonte: www.rdnews.com.br

[TODAS AS NOTÍCIAS](#) | [MAIS COMENTADAS](#)

[RONDONÓPOLIS](#) | 12/09/2013 - 08:38

Audiência vai debater corte nos repasses estaduais

Rossana Gasparini, de Rondonópolis



Os vereadores por Rondonópolis Fábio Cardoso (PPS) e Reginaldo Santos (PPS) propuseram uma audiência pública com o secretário de Saúde do Estado, Mauri Rodrigues, para debater os cortes de recursos que afetam o município e outras 18 cidades da área de abrangência. Os deputados federais Carlos Bezerra (PMDB) e Wellington Fagundes (PR) e os deputados estaduais que representam a região Sul de Mato Grosso também devem

participar do encontro.

A intenção é cobrar dos representantes da região, em especial dos deputados estaduais, uma solução definitiva para que a lei sobre a redução dos repasses, aprovada pela Assembleia em dezembro de 2012, seja revogada, já que o município tem sofrido por conta dos cortes. Segundo Fábio, o município teve de investir 30% do orçamento na saúde, em vez dos 15% previstos.

Além disso, algumas obras de PSFs na cidade estão ficando paralisadas, porque os recursos têm sido desviados para cobrir os buracos deixados pelo governo estadual. A audiência será realizada no dia 23 de setembro, a partir das 19h30, na Câmara Municipal de Rondonópolis.

Após redução, Rondonópolis tenta readequar valor aplicado na saúde

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades

Quarta, 11 de setembro de 2013, 00h30

LUTA POR MELHORIAS

Servidores do Cridac param

[Gláucio Nogueira](#) / Da Redação

Servidores do Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Corrêa (Cridac) paralisaram as atividades nesta terça-feira (10) em protesto por melhores condições de trabalho. Além da falta de materiais básicos, eles cobraram a reabertura da Oficina Ortopédica, fechada há mais de 4 meses por risco de desabamento. Mais de 1,5 mil pessoas aguardam a produção de órteses e próteses para darem continuidade ao tratamento...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, anexo.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quarta, 11 de setembro de 2013, 00h30

MPE investiga problemas no Centro de Reabilitação

[Da Redação](#)

A falta de condições de atendimento no Centro de Reabilitação Dom Aquino Corrêa (Cridac) é alvo de diversos procedimentos já instaurados pelo Ministério Público do Estado (MPE).

Um deles, iniciado pelo promotor de Justiça Alexandre de Matos Guedes, inclusive, já se encontra em fase de instrução processual.

Em outro, a promotora Salete Maria Búfalo Poderoso, em despacho assinado no dia 20 de agosto, solicita nova inspeção da Fiscalização Permanente Integrada (FPI) por conta de novas denúncias de problemas estruturais da iluminação, ventilação e acessibilidade ao local...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, anexo.

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / POLÊMICA NA SAÚDE

12.09.2013 | 07h40 - Atualizado em 12.09.2013 | 07h41

Tamanho do texto A- A+

Diretor de OSS contradiz secretário sobre "desvio" de verba

Arantes diz que precisa de R\$ 3,2 mi e equipamentos hospitalares para concluir hospital em Sinop

Pedro Alves/MidiaNews

Clique para ampliar 



O diretor da OSS, Wellington Arantes, culpa Secretaria de Saúde pela obra inacabada

**LAÍSE LUCATELLI
DA REDAÇÃO**

O diretor do Hospital Regional de Sinop (500 km ao Norte de Cuiabá), Wellington Randall Arantes, contradisse o secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues Lima (PP), e alegou que apenas não concluiu a reforma da unidade porque não recebeu os equipamentos necessários para isso.

Porém, de acordo com o secretário, os equipamentos e o restante dos recursos não foram enviados justamente porque a unidade ainda está em obras.

Arantes é diretor da Organização Social de Saúde (OSS) Fundação Santo Antônio, que gerencia o hospital, e foi sabatinado na tarde de quarta-feira (11), na Comissão de Saúde da Assembleia.

De acordo com o contrato, o hospital deveria estar em pleno funcionamento desde abril passado. O diretor afirma que, com os equipamentos em mãos e o repasse de R\$ 3,2 milhões, conseguirá colocar em funcionamento 80% da unidade no prazo de 60 dias. Atualmente, o hospital faz somente o atendimento de urgência e emergência, e conta com 23 leitos para isso.

"O Estado repassou R\$ 2,1 milhões, que foram utilizados. Agora, estamos na dependência de materiais e equipamentos que estão com o Governo do Estado"

"O Estado repassou R\$ 2,1 milhões, que foram utilizados. Agora estamos na dependência de materiais e equipamentos que estão com o Governo do Estado. Por exemplo, para concluir o forro da sala de cirurgia, eu preciso saber o tamanho e o peso do foco cirúrgico, e não posso terminar o gesso sem saber isso", afirmou.

"Na central de material esterilizado, as obras estão praticamente concluídas, mas não posso terminá-las porque não sei qual equipamento vai lá dentro, porque está tudo com o Governo do Estado. Não tenho nem como dimensionar a rede elétrica", completou.

O diretor negou que não tenha prestado contas dos recursos recebidos para a obra. Ele admitiu, porém, que usou parte do recurso para custeio do hospital.

"As contas foram prestadas regularmente. Mas no ano passado, tivemos hiatos no pagamento. Eu tinha que escolher entre tocar a reforma e manter o hospital funcionando. Optamos por manter funcionando. O que não pode é nos imputar a responsabilidade por não abrir o resto do hospital. Não é nossa culpa. Não temos interesse que a unidade esteja fechada, que não funcione", disse.

Farpas

O deputado Antônio Azambuja (PP) aproveitou as declarações de Arantes para alfinetar Mauri. A bancada do PP tem lutado pela saída do secretário da pasta, após desentendimentos internos.

"Um secretário que não tem capacidade de reconhecer que os equipamentos que ele comprou têm que estar na unidade hospitalar não tem competência para ser secretário", disse.

Ezequiel Fonseca (PP) disse que a causa de tudo é o fato de Mauri ter problemas de relacionamento, fazendo esquentar o clima da sabatina. "Ele encontra problemas e vê problemas e fantasmas em todos os lugares. Se ele tivesse entrado antes na secretaria, nem o Hospital de Cáceres nem o de Rondonópolis estariam funcionando", afirmou.

"Mauri encontra problemas e vê problemas e fantasmas em todos os lugares. Se ele tivesse



entrado antes na secretaria, nem o Hospital de Cáceres nem o de Rondonópolis estariam funcionando"

Ondanir Bortolini, o "Nininho", (PR), saiu em defesa de Mauri e disse que ele é "um homem sério". O deputado Ademir Brunetto (PT) classificou a troca de acusações entre o secretário e o diretor como "briga de criança".

Baiano Filho (PMDB) sugeriu que seja feita uma reunião fechada com a Comissão de Saúde, o secretário Mauri Rodrigues e o diretor Wellington Arantes para chegar a um consenso do que é possível fazer para resolver a questão e concluir a reforma do hospital.

A próxima reunião da Comissão será realizada na próxima quarta-feira (18), quando devem ser ouvidos o secretário-adjunto Jorge Lafetá e uma equipe técnica da Secretaria de Saúde. Paralelamente, a comissão pretende acompanhar o andamento da obra no hospital.

A polêmica começou quando o deputado federal e ex-secretário de Saúde Pedro Henry (PP) denunciou que R\$ 37,4 milhões deixaram de ser encaminhados para a unidade desde maio de 2012, e foram aplicados em outras finalidades da secretaria. As denúncias foram divulgadas por Henry em meio ao bombardeio que os deputado do PP vêm fazendo à gestão de Mauri à frente da Secretaria de Saúde.

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / EM ALTA FLORESTA

11.09.2013 | 16h03 - Atualizado em 11.09.2013 | 17h47

Tamanho do texto A- A+

MPF vai investigar denúncia contra Hospital Regional

Unidade é administrada pelo Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde

Mary Juruna/MidiaNews

Denúncia foi feita ao MPF, pelo ex-presidente do Conselho Municipal de Saúde, João Sutero

**LAICE SOUZA
DO MIDIAJUR**

O MPF (Ministério Público Federal) instaurou inquérito civil público para apurar supostas irregularidades praticadas no Hospital Regional Albert Sabin, no município de Alta Floresta.

De acordo com a denúncia, feita pelo ex-presidente do Conselho Municipal de Saúde, João Sutero, na unidade hospitalar seria comum "falta de licitação, demora no atendimento e situação precária decorrente da terceirização no gerenciamento do hospital".

Segundo a Portaria nº 91/2013, foi necessária a instauração do inquérito pela "necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis".

A unidade hospitalar é administrada pelo governo estadual, por meio do Ipas (Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde).

Desde que assumiu a gerência da unidade, em 2012, várias denúncias foram feitas contra o Ipas, principalmente, relacionadas ao atendimento dos pacientes e ao pagamento de salários dos profissionais da saúde.

No mês de julho, decisão da Justiça do Trabalho determinou que o instituto

quitasse débitos salariais com os profissionais da saúde.

Outro lado

A reportagem entrou em contato com a direção do hospital. A informação repassada foi que somente a assessoria de imprensa, localizada em Pernambuco, iria se manifestar sobre o assunto.

Até a edição desta matéria a assessoria de imprensa não havia retornado às ligações.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta feira, 12 de setembro de 2013
ESCLARECIMENTOS 12/09/2013 11:07

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Presidente da Comissão de Saúde, Antonio Azambuja, avalia oitiva

Da Reportagem

Após ter ouvido os esclarecimentos do administrador da Fundação de Saúde Comunitária de Sinop, Wellington Arantes, o presidente da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social, deputado estadual Antonio Azambuja (PP), chegou ao entendimento de que as prestações de contas foram feitas rigorosamente. Os documentos comprobatórios do Tribunal de Contas do Estado (TCE) foram apresentados a banca presente. Sendo que anteriormente o secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues havia afirmado à Comissão que as devidas prestações de conta não estavam sendo realizadas e por isso os repasses não estariam sendo feitos.

O presidente Antonio Azambuja destacou que com isso a conclusão que se chega é que o problema é de gestão por parte da Secretaria de Estado de Saúde (SES). “A bancada do PP tem lutado pela saída do secretário da pasta a meses”, afirmou.

O secretário Mauri outrora afirmou que os recursos não eram repassados por que o hospital não estava em funcionamento. E que as diferenças que recebe do Ministério

da Saúde estavam sendo repassados para Alta Floresta e Hospital Metropolitano, porém não apresentou documentos. Já o administrado da Fundação afirmou que para a conclusão das obras do Hospital Regional é necessário que a SES entregue os equipamentos.

O deputado avaliou esses impasses como falta de respeito com o usuário que paga seus impostos, para ter um serviço de qualidade e não estão tendo. “É um absurdo um hospital da importância que tem o Regional de Sinop, sendo o pólo da região, deixando de realizar os atendimentos a população por que não existe um consenso do secretário Mauri, e sim uma briga de egos, quanto a entrega dos equipamentos e aos repasses devidos”, criticou o deputado.

Antonio Azambuja esclarece que até o momento única documentação que a Comissão de Saúde recebeu foi das mãos do diretor das OSS de Sinop, Wellington Arantes.

“Os documentos apresentados pelo Wellington comprovam que a unidade recebeu somente nos últimos meses um milhão e quinhentos e quarenta reais, quando na realidade deveria estar recebendo do Ministério da Saúde dois milhões trezentos e pouco e a contrapartida do Estado que dá em torno de três milhões e trezentos. Ou seja, nem o valor que o Ministério da Saúde repassa está chegando a unidade”, salientou Antonio Azambuja.

Wellington afirma que, com os equipamentos em mãos e o repasse de R\$ 3,2 milhões, o Hospital regional estará em funcionamento no prazo de 60 dias.

Azambuja explicou que se faz necessário a entrega dos equipamentos para concluir, e ainda deu exemplo o forro da sala de cirurgia. “É preciso saber o tamanho e o peso do foco cirúrgico, e não tem como terminar o gesso sem saber essa informação”, frisou.

Complementando a fala do presidente, Wellington Arantes deu mais um exemplo “na sala de material esterilizado, as obras estão praticamente concluídas, mas não é possível terminá-las porque não tenho conhecimento de quais equipamentos serão instalados lá, porque está tudo retido no Governo. Não temos ao menos como dimensionar a rede elétrica”, ressaltou Arantes.

Ficou definido pela Comissão que devem ser ouvidos na próxima quarta-feira (18), o secretário-adjunto Jorge Lafetá, e uma equipe técnica da Secretaria de Saúde. (Vania Costa/Assessoria)

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quinta, 12 de setembro de 2013, 09h51
resgate sus

Cuiabá inicia a 10ª Conferência Municipal de Saúde

Redação do GD

A Prefeitura de Cuiabá realiza, nesta quinta e sexta-feira (12 e 13), a 10ª Conferência Municipal de Saúde. Com o tema central “O Resgate do SUS e Seus Princípios”, a conferência buscará, através de palestras, mesas-redondas e debates, uma reflexão sobre a base doutrinária que norteou a implantação do Sistema Único de Saúde no Brasil e sua aplicação no atendimento à população cuiabana.

O evento, coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá e o Conselho Municipal de Saúde, conta com 302 delegados estão inscritos no evento, sendo 50% representantes dos usuários do SUS, 25% representantes dos trabalhadores da saúde e outros 25% representam o grupo governo/prestadores de serviço.

De acordo com a secretária-executiva do Conselho Municipal de Saúde (CMS), Janaína Penha Vítor da Silva, as conferências que acontecem em Cuiabá de dois em dois anos são sempre antecedidas de pré-conferências regionais, que definem os temas que serão debatidos.

Além do tema central, serão apresentados quatro subtemas para debate durante o evento: Repensando a Rede de Atenção Integral na Saúde, Gestão do Trabalho, Educação Permanente em Saúde e Fortalecimento do Controle Social.

O secretário municipal de Saúde e presidente do Conselho, Kamil Fares, destacou a importância da conferência como “um espaço democrático” que possibilitará a elaboração de uma agenda pública capaz de conciliar os interesses de todas as partes envolvidas no fortalecimento do SUS. “É de fundamental importância a participação de todos nesse momento. Usuários, profissionais, gestores e prestadores de serviços têm na conferência uma oportunidade ímpar de dar a sua contribuição para a melhoria do atendimento à saúde da população”, enfatizou.

A 10ª Conferência Municipal de Saúde será realizada no Hotel Fazenda Mato Grosso. A abertura dos trabalhos será feita às 8h desta quinta-feira, com encerramento previsto para as 17h30 de sexta-feira. (Ascom Cuiabá)

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quinta, 12 de setembro de 2013, 00h30

DR. FÁBIO LEITE

Saúde continua precária

[Thalyta Amaral](#) / Da Redação

Atendimento médico pode ser considerado um privilégio no Dr. Fábio Leite 1, em Cuiabá. Além de esperar por horas para conseguir uma vaga no Posto de Saúde da Família (PSF) há possibilidades do médico faltar e a espera não terminar com uma consulta. O Viva o Seu Bairro chega à região neste sábado (14) para levar alegria, diversão e cultura para a população que sofre com a falta de investimentos em saúde e assistência social.

Em um pequeno prédio estão localizados os PSFs do Dr. Fábio 1 e 2, porém, o atendimento ocorre separadamente. Em média cada médico atende 10 pacientes por dia, mas a demanda pelas vagas é muito maior...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Política Quinta, 12 de setembro de 2013, 08h06

polêmicas

Mauri diz que não desonrou o PP à frente da Saúde

Redação do GD/Só Notícias

O secretário estadual de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima, considera não ter desonrado as diretrizes do Partido Progressista (PP), no comando da pasta, cargo para o qual foi indicado pela sigla. A afirmação, feita na segunda-feira (9), em sabatina na câmara de vereadores de Sinop (500 km ao Norte de Cuiabá), foi em meio a uma série de polêmicas envolvido seu relacionamento com partido.

O PP deixou a base de apoio ao governo depois de cobrar - e não conseguir - que Silval Barbosa (PMDB) tirasse Mauri da secretaria. O gestor da pasta destacou ainda não ter refletido sobre isso. "É secundário [...], não estou desonrando o partido e não tivemos tempo de avaliar essa possibilidade ainda", disse, em explanação na tribuna da câmara.

Na câmara, Mauri falou sobre os investimentos no Hospital Regional, afirmou os repasses financeiros para reforma já aconteceram praticamente na totalidade, em agosto, com mais de R\$ 2 milhões, e espera que a unidade opere logo com toda sua capacidade. Após a reforma, serão instalados os equipamentos, que estão em Cuiabá.

Ele destacou que a pasta "vem acompanhando [os trabalhos] desde quando foi enviado o primeiro recurso em meados de agosto de 2012, quando foi feito o primeiro repasse e outros, acompanhando, compartilhando de todas dificuldades que existem, burocráticas quanto a prestação de contas, as possibilidades de fazer ou não dentro de um nível de responsabilidade para que ninguém possa ser prejudicado", disse.

O hospital tem 75 leitos e cerca de 20 estão sendo usados atualmente e parte passa por reforma. Mauri evitou falar em prazos.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta feira, 12 de setembro de 2013

Edição nº 13698 12/09/2013

SAÚDE

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Jayme aponta serviço precário

Da Assessoria

Em discurso nesta quarta-feira (11), o senador Jayme Campos (DEM) pediu mais atenção e empenho dos governantes e autoridades para a dura realidade vivida pelos mais de 10 milhões de brasileiros doentes renais crônicos.

"Eles lutam sem tréguas contra a doença. Para eles, os dias não são apenas dádivas; são, na verdade, o resultado do esforço e da fé que os mantêm firmes na esperança de sua integridade moral, pois enfrentar os males do corpo, para eles, não se trata de uma opção, mas sim de uma condição de subsistência", disse.

Segundo Jayme Campos, o número de enfermos que dependem de hemodiálise no país saltou de 43 mil no ano 2000, para 98 mil enfermos em 2012, ou seja, um aumento de 129%.

"Os especialistas, porém, denunciam que estes números estão subestimados, mascarados mesmo pela inexistência de uma política nacional de aferimento dos portadores de insuficiência renal. Como poucos têm acesso ao diagnóstico, muitos pacientes morrem sem saber que possuem a doença", afirmou o senador.

Para Jayme Campos, o governo estadual tem falhado, principalmente, na distribuição de remédios para estes pacientes. "Quase 90% dos enfermos precisam de medicamentos de alto custo, que faltam sistematicamente nas farmácias da secretaria de Saúde. Embora insuficientes em termos numéricos, as 11 clínicas mato-grossenses possuem equipamentos de última geração, mas têm seus procedimentos comprometidos, muitas vezes, pela falta de exames periódicos nos pacientes. Exames simples como sangue e urina", denunciou o democrata.

Diante disso, Jayme Campos comunicou que está elaborando um projeto de lei que institui a criação de uma política nacional de atendimento ao paciente renal, com campanhas sobre as causas e efeitos da doença; criação de núcleos de referência nos estados; aprimoramento do sistema de transporte de pacientes; elaboração de estoque regulador de medicamentos; e financiamento de clínicas no interior do país.

Fonte: www.rdnews.com.br

[TODAS AS NOTÍCIAS](#) | [MAIS COMENTADAS](#)

[SAÚDE](#) | 11/09/2013 - 08:52

Deputados querem esclarecer denúncias de Pedro Henry

Camila Cecílio



Após ouvir o ex-secretário estadual de Saúde Pedro Henry (PP) e o atual gestor da pasta, Mauri Rodrigues, a Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social da Assembleia irá sabatar o administrador da Fundação de Saúde Comunitária de Sinop, a Fundação Santo Antônio, Wellington Randall Arantes. A oitiva começa às 15h desta quarta (11).

O presidente da Comissão, deputado estadual Antonio Azambuja (PP) também convocou o presidente da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização das Obras do Hospital Regional, vereador Wollgran Araújo (DEM) para prestar esclarecimentos sobre a reforma do Hospital Regional do município. Os membros da Comissão querem informações sobre a aquisição de equipamentos hospitalares; repasses de recursos da secretaria de Estado de Saúde e convênio de gestão com a Fundação Santo Antonio (OSS).

A polêmica começou no início deste mês depois quando Henry acusou o sucessor Mauri de não repassar parte dos recursos para a Sinop. Durante sabatina na Assembleia, ele confirmou o “desvio” de R\$ 37 milhões. Mauri Rodrigues, por sua vez, admitiu que os repasses do governo federal ao hospital de Sinop não foram enviados de forma integral. O secretário, entretanto, garante que isso só não ocorreu em razão da Fundação de Saúde Comunitária de Sinop, que administra a unidade, não ter concluído a reforma. Assim, a tendência é que a Comissão foque os questionamentos nesse requisito.

Henry denuncia e Comissão apura o desvio de R\$ 37 mi

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / Política MT

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A](#) [A](#) [A](#)

11/09/2013 - 15:03

Em meio a "guerra" por investigações, Pinheiro avisa que cobrará encerramento da CPI do MT Saúde

Da Redação - Jardel P. Arruda

Em meio a ameaça da instalação de uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Governo do Estado, a qual estaria impossibilitada de se iniciar devido "lotação" de CPIs não encerradas na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Emanuel Pinheiro (PR) afirmou que irá cobra a votação do relatório final com 45 preposituras para o MT Saúde.

Leia mais: Mesmo se reunir assinaturas necessárias, CPI da Trimec vai para a "fila de espera" na Assembleia

"Eu vou começar a cobrar nessa semana. Não sei porque ainda não foi votado. Terei de começar a cobrar isso na tribuna. Já passaram da hora de votar isso", disse o parlamentar, que foi relator da CPI do MT Saúde, a qual investigou supostos desvios e ingerências cometidas na administração do plano de saúde do servidor público mato-grossense.

O relatório final das investigações foi apresentado no dia 18 de junho. O documento de 531 páginas foi entregue, porém não foi votado para ser encaminhado ao Ministério Público. Na ocasião, a deputada Luciane Bezerra (PR), vice-presidente da CPI, apresentou um voto em separado apontando mais culpados que o relatório oficial.

Após o recesso da Assembleia, o relatório final chegou a ser enviado a plenário para ser votado no dia 22 de agosto, mas por falta de quórum. Na leitura do documento, foi pedido que a cópia do documento, caso aprovado em plenário, seja enviada para o procurador geral de Justiça, Paulo Prado, e para a promotoria do patrimônio público.

Agora, a finalização da CPI do MT Saúde é considerada estratégica para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os contratos do Governo do Estado com empreiteiras, com foco na Trimec. A empresa supostamente teria sido beneficiada nos últimos anos e conseguidos lucros exorbitantes as custas do poder público.

Além da CPI do MT Saúde, outra comissão parlamentar de inquérito que pode ser finalizada para liberar espaço para a CPI das Empreiteiras é a das PCHs. O deputado Dilmar Dal'Bosco, autor do requerimento da CPI das Empreiteiras, é o relator da comissão das PCHs e já avisou que cobrará seu encerramento.

Fonte: www.24horasnews.com.br

11/09/2013 18:36:00

Sindicato contesta contratação de OSCIP para prestar ‘serviços de saúde’;

Nortão Notícias

A- A A+

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Guarantã do Norte Jean Carlos Amorim denuncia que a Prefeita Sandra Martins (DEM) teria contratado irregularmente uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para prestação de serviço de saúde no município.

“Defendemos a tese e questionamos a contratação da OSCIP pela prefeitura porque acabamos de passar por um concurso público aqui no município e temos pessoas aprovadas e classificadas. Concurso esse o qual está sendo burlado já que essas pessoas não estão sendo chamadas”, declarou o líder sindical.

Uma das medidas adotadas pelo Sindicato para tentar barrar a substituição dos concursados por prestadores de serviço foi denunciar o fato ao Ministério Público do Trabalho em Alta Floresta. Uma audiência já teria sido realizada. O Sindicato estudo ainda a adoção de novas medidas, inclusive oferecer denúncia junto ao Tribunal de Contas Estadual (TCE/MT) e no Ministério Público Estadual, como já teria feito os vereadores Érico Gonçalves e Russo Leiteiro (ambos do PT).

“Em nossa opinião é totalmente ilegal essa contratação. Sem contar que eles chamam os profissionais desta empresa com uma remuneração superior aos efetivos, alegando que é devido a folha de pagamento da prefeitura está no limite e que estão substituindo profissionais que estão de férias ou afastados por doença. Quando ocorre essa substituição os encargos sociais entram na folha e tudo isso é custeado com verbas da saúde”, denunciou Jean.

O líder sindical também declarou em entrevista ao Nortão Notícias que o Conselho Municipal de Saúde não teria aprovado a contratação da Oscip e que o parecer da

Controladoria Interna da própria prefeitura também teria sido contrário a terceirização dos servidores da área de saúde.

Outra bronca do sindicalista é que o valor que está sendo pago aos servidores terceirizados são superiores aqueles pagos aos efetivos. Por conta disto a carreira pública estaria sendo desestimulada. Ele alega ainda que muitos prestadores de serviços que atuam nos PSFs não possuem experiência em atenção básica e que estariam até mesmo exercendo função de chefias nos postos de saúde, a exemplo de enfermeira padrão.

Dois termos de parceria foram firmados com a OSCIP Instituto Assistencial de Desenvolvimento (IAD), o qual tem sede em Cuiabá.

O primeiro deles, o Termo de Parceria nº001/2013, foi firmado em 07.05.2013. Este documento, que tem equivalência a um convênio, celebrado com dispensa de licitação, teve o período provisório de 90 dias e teve final da vigência em 07.08.2013. O valor do mesmo foi de R\$ 518.929,16.

Já o segundo documento, o Termo de Parceria nº 02/02013, foi firmado com base no Concurso de Projetos nº 01/2013. Com o projeto intitulado 'Saúde para Todos', o trabalho começou a ser prestado no último mês de junho e seria por tempo indeterminado.

A reportagem do Nortão Notícias esteve em Cuiabá na última semana e entrevistou o presidente do IAD, Alexandre Veigas Rodrigues, que esclareceu a forma como teria se dado a contratação do Instituto para prestar os serviços 'complementar' de saúde para a Prefeitura de Guarantã do Norte.

Segundo o presidente do Instituto "esse concurso de projeto é um meio de licitação. Foi aberto, participamos, fomos o ganhador do pleito e a partir deste momento começamos a realizar o serviço naquele município", declarou. "Nossa meta é melhorar a qualidade do atendimento oferecido no município. Temos atuação no Hospital municipal e nos PSFs (Posto de Saúde da Família)", relatou.

O presidente da Oscip disse que esse segundo Termo de Parceria não possui um valor total máximo previsto e que o período de duração seria por tempo indeterminado. O serviço estaria sendo prestado de acordo com a necessidade do município. "Não tem o valor máximo porquê as demandas são flexíveis. São executadas faturas conforme as demandas de serviços. Executa-se as atividades, levanta o valor que foi executado e é feito o faturamento no final do mês ou no início do mês seguinte", informou.

Alexandre revelou que atualmente 35 profissionais estão atuando no município, entre enfermeiros, técnicos de enfermagem, atendentes, além de médicos que são vinculados a 8 empresas médicas.

Outra revelação feita pelo presidente do IAD é que os profissionais que prestam serviço à prefeitura de Guarantã do Norte não são funcionários do Instituto. São na realidade contratados no mercado e realocados para o trabalho. E que no caso de médicos são contratadas “empresas médicas”.

Na realidade o IAD atua como intermediador de mão-de-obra para atender a necessidade do município, já que esta não teria legalidade para contratação direta.

O outro lado

À nossa reportagem a prefeita Sandra Martins defendeu a contratação da OSCIP e acusou o Sindicato dos Servidores de estar tentando administrar o município no lugar dela.

“A contratação da OSCIP é para suprir a falta de servidores afastados, com licença ou de férias. Eu não posso chamar todos os concursados e o tribunal de Contas (TCE/MT) abriu uma brecha para isso para podermos atender a população porque a saúde para mim é prioridade”, declarou.

“O sindicato não pode sobrepor o meu trabalho enquanto gestora. Daqui a pouco, então, não precisamos mais de prefeito na cidade, basta deixar o presidente do sindicato tomar conta da cidade e pronto acabou. Existe uma administração que tem que pensar como um todo. Eu não posso pensar especificamente nos servidores da saúde e sim nos servidores como um todo. Peser numa população que depende de serviços públicos e fazer com o gasto deste dinheiro seja feito com eficiência e dê resultado para a população”, declarou a Prefeita Sandra Martins.

Fonte: www.24horasnews.com.br

12/09/2013 10:32:00

Comissão de Saúde convocará Jorge Lafetá e técnicos da SES

Redação 24 Horas News

A- A A+

Após tomarem conhecimento dos motivos que impedem a continuidade da obra de reforma do Hospital Regional de Sinop, os membros da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa resolveram ouvir, na próxima semana, o coordenador da

Comissão de Fiscalização de Contratos da Secretaria de Estado de Saúde (CPCG-SES), Jorge Lafetá Neto.

“A obra está parada e um dos argumentos é a falta de projetos para implantação dos blocos cirúrgicos e demais equipamentos. Então, queremos saber se a Comissão coordenada por Jorge Lafetá está ou não acompanhando o andamento da obra”, sugeriu Sebastião Rezende (PR).

De acordo com o diretor da Fundação Santo Antonio, Wellington Randall, que administra o Hospital Regional de Sinop a maior urgência é finalizar essa obra. “Com o repasse do Governo do Estado na ordem de R\$ 3,2 milhões conseguimos entregar 80% da obra, em 60 dias”, garantiu Wellington.

O administrador ainda disse que o entrave maior para a conclusão é a falta dos 90% dos equipamentos que estão de posse da SES, em Cuiabá e que está impedindo a conclusão da obra. Também a necessidade de implantação de um sistema de oxigênio e deixou claro que se o Governo do Estado sinalizar vontade de assumir a obra, não haverá nenhum problema.

Para o deputado Ademir Brunetto (PT) está faltando dialogo entre o secretário Mauri Rodrigues e a administração da OSSs. “Tem o recurso e condições para realizar a obra, porém falta entendimento entra as partes e quem está sofrendo é o povo”.

Ezequiel Fonseca (PP) reforçou que a falta de um bom relacionamento do secretario está comprometendo o projeto de funcionamento do Regional. “Se continuar dessa forma ficará difícil encontrarmos uma solução”. Já Candido Teles (PSB) afirmou que há um descaso, por parte do Governo, com a saúde pública de Mato Grosso.

“Um conflito entre pessoas (gestores) está prejudicando não só a sociedade de Sinop, mas de toda aquela região”, destacou.

A unidade - Possui 75 leitos e cerca de 20 estão sendo usados atualmente. A demanda mensal de internações chega a 300. Atualmente o hospital não possui UTI e Centro Cirúrgico por falta de gerador de energia. Somente o pronto atendimento dispõe de gerador.



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social